

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DO GOVERNO LULA E A ATUAÇÃO DA PETROBRÁS NA BOLÍVIA. (2003-2008)

Márcio Roberto Voigt *
Daniel da Cunda Corrêa da Silva **

Resumo:

O artigo a seguir visa analisar a atuação da Petrobras na Bolívia durante os seis primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Adotando como referenciais teóricos a Análise dos Sistemas-Mundo e do estudo da Política Externa Brasileira, revela-se a história da espoliação dos recursos naturais bolivianos, bem como sua relação com as elites locais, sobretudo a ligação do gás natural e da agricultura boliviana com os grupos dominantes de Santa Cruz de la Sierra. O histórico das ações da Petrobras na Bolívia também é objeto de análise, verificando-se as alterações no montante de investimentos da estatal brasileira ao longo do período considerado pela pesquisa. Estudam-se os impactos da nacionalização frente a Petrobras, muito menores do que se esperava. Ressalta-se a importância da companhia brasileira dentro da economia boliviana, mas também se verifica que há recíproca, ou seja, o Brasil também não pode prescindir do gás boliviano. As reações da estatal brasileira às pressões contaram com o respaldo do Itamaraty, num esforço diplomático condizente com o paradigma nacional-desenvolvimentista, preservando o diálogo e mantendo boas relações exteriores com o país vizinho. As declarações das autoridades brasileiras diante do incidente diplomático de 2006 balizam a afirmação. Além disso, o governo brasileiro não se limitou à retórica, e vários contratos foram assinados com a Bolívia para incentivar o desenvolvimento daquele país, como mostra este artigo. Também analisa-se a criação da Unasul, uma organização política criada em 2008 e que foi fundamental para a manutenção da unidade boliviana diante das pretensões separatistas de Santa Cruz de la Sierra. O governo brasileiro, seja por meio do chefe do executivo, seja pelo seu ministro das relações exteriores, soube lidar com habilidade tanto com a questão das nacionalizações e da instabilidade política, com discurso solidário e conciliador. Observando a posição internacional brasileira, de país semi-periférico, justifica-se certas ações em termos da política externa atual, por vezes aparentemente incoerente.

Palavras-Chave: Petrobras, Política Externa Brasileira de Lula; Bolívia;

*Márcio Roberto Voigt – Professor de História das Relações Internacionais da UNIVALI e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**Daniel da Cunda Corrêa da Silva - Aluno do Curso de Relações Internacionais da UNIVALI e bolsista do trabalho (Bolsa do Artigo 170 da Constituição do Estado de SC).

Introdução

O presente texto tem por objetivo investigar a atuação da Petrobras na Bolívia, no horizonte temporal do primeiro até a metade do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil. A pesquisa é pertinente no sentido de confrontar as diretrizes da estatal petrolífera brasileira com as políticas nacionalizadoras do Governo Evo Morales, na Bolívia, no bojo da virada generalizada à esquerda dos governos latino-americanos. Duas construções teóricas balizarão a análise, a saber, a Análise dos Sistemas-Mundo e o estudo da Política Externa Brasileira, a partir da perspectiva nacional-desenvolvimentista.

A Análise dos Sistemas-Mundo é utilizada para respaldar a análise das relações entre Brasil e Bolívia. Esta teoria possui o mérito de ter um campo de estudos mais vasto que as teorias tradicionais de Relações Internacionais. O estudo da Política Externa Brasileira, por seu turno, busca compreender os movimentos atuais do Itamaraty na direção seguida pelas

relações exteriores do Brasil. Através de um resgate histórico, buscar-se-á comparar a Política Externa atual à que foi praticada durante boa parte do século XX, orientada para o nacional-desenvolvimentismo, com medidas mais autônomas e condizentes com o interesse nacional, para compreender em que medida as duas apresentam semelhanças.

A terceira parte desta pesquisa volta-se para a análise da Bolívia. Segundo país mais pobre da América Latina, de acordo com a ONU, a Bolívia possui uma série de idiossincrasias que não podem ser ignoradas num estudo que se pretende mais abrangente que as simples relações diplomáticas entre os países. A seção subsequente tem por objetivo averiguar a atuação da Petrobras na Bolívia desde os anos 90, acompanhando a evolução histórica de suas atividades no país. Por fim, a quinta e última parte da pesquisa busca relacionar a política externa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e a atuação da estatal petrolífera brasileira em terras bolivianas. Como já foi exposto, o texto procura elencar as semelhanças e diferenças da política externa atual com o ideal nacional desenvolvimentista que vigorou, grosso modo, dos anos 30 aos anos 80 do último século. A partir do levantamento do comportamento da diplomacia brasileira no processo de negociação com o governo boliviano, é objetivo desta pesquisa averiguar se os vetores da ação externa de Lula demonstram a retomada de um projeto de integração e aproximação com os demais países da América do Sul ou apenas representam a continuidade das ações externas dos governos anteriores.

1 A Análise dos Sistemas-Mundo e o Sistema Internacional: uma abordagem teórica

A unidade de análise do presente trabalho é o Sistema-Mundo Capitalista. Um Sistema-Mundo, enquanto sistema social é definido como uma unidade espaço-temporal. No horizonte espacial convivem as mais diferentes culturas, religiões e línguas diferentes. Precisamente, o que as une é a Divisão Internacional do Trabalho, responsável pela reprodução material do Sistema. (ARIENTI e AMIN, 2004) e (WALLERSTEIN, 2004)

O que caracteriza o Sistema-Mundo Capitalista é a acumulação interminável de capital. Atualmente, o Sistema-Mundo Capitalista se reproduz em escala global. Por conta disso, é infundado pensar que o comércio internacional significa a interação entre economias nacionais absolutamente autônomas com respeito às suas decisões de negociar ou não com outras entidades estatais. O que existe é um “comércio mundial que organiza uma divisão mundial do trabalho de acordo com os interesses capitalistas de lucro monopolista e acumulação incessante de capital e que, com esta força unificadora, reúne regiões com políticas e culturas diferenciadas”. (ARIENTI e AMIN, 2004).

Dentro do espectro da Divisão Internacional do Trabalho, ocorre a formação das chamadas cadeias mercantis globais. Grosso modo, nessas cadeias muitos países são responsáveis por exportar matérias-primas a outros países com nível tecnológico mais avançado, capazes de agregar maior valor ao produto e posteriormente revendê-lo no mercado internacional. A discussão da produção mundial de mercadorias demanda uma explanação a respeito das categorias de análise do sistema-interestatal na perspectiva do Sistema-Mundo, quais sejam, centro, periferia e semi-periferia. Nos países centrais, estão as sedes dos quase-monopólios; são os países de maior nível tecnológico e maior bem-estar social. Nos países periféricos estão as matérias primas mais baratas e as indústrias mais sujeitas à competição. Quando uma troca internacional ocorre entre centro e periferia, os produtos centrais estão em posição mais favorável *vis-à-vis* os produtos periféricos, mais expostos à competição. Acontece assim, um constante fluxo de mais-valia dos produtores periféricos para o centro, num sistema de trocas desiguais e legitimadora do *status quo*.

É importante mencionar que no Sistema-Mundo Capitalista, existem regiões que absorvem valor de atividades periféricas de um lado, e transferem valor para atividades

centrais do outro. São Estados que têm características de centro e periferia simultaneamente. Eles sofrem pressão do centro e colocam pressão na periferia, possuem em sua grande maioria indústrias que não são de ponta, mas também possuem nível tecnológico significativo, não sendo de simples montagem. Por conta disso são considerados países semi-periféricos. A inserção do Brasil no Sistema-Mundo Capitalista se dá, portanto, numa condição de semi-periferia.

2 A Política Externa Brasileira: uma revisão histórica e teórica.

É compartilhada por grande parte da comunidade acadêmica a visão de que, historicamente, a América Latina como um todo, e o Brasil em especial, alternaram duas vertentes fundamentalmente distintas em termos de política externa. Uma segue as doutrinas de pensadores voltados para a realidade regional das Relações Internacionais brasileiras e a outra se elaborou dentro dos gabinetes dos formuladores de política, vinculada fortemente à noção de que o mais prudente era ter uma posição privilegiada frente à potência dominante – primeiramente Grã-Bretanha e posteriormente EUA.

Amado Luiz Cervo (2003) aborda as origens destas duas correntes. De acordo com o autor, a primeira foi fundada por Raul Prebisch e está vinculada à Cepal – criada na década de 40. Seus principais expoentes eram Celso Furtado, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. A segunda corrente, diz Cervo, deriva da prática política, ao dela sacar conceitos, por vezes elaborados pelos homens de Estado, por vezes implícitos na práxis. Esta segunda perspectiva será tratada pelo que Paulo Vizontini (2005) denomina paradigma liberal-conservador.

2.1 O paradigma liberal-conservador.

Partindo destas duas perspectivas, desde pouco antes da independência até o início do século XX, é possível afirmar que o Brasil praticou as políticas mais próximas possíveis do modelo liberal-conservador encabeçado pelas potências européias, sobretudo a Inglaterra. Como afirma Paulo Vizontini, esta diretriz continuou e, alguns anos depois do início do século XX, houve uma espécie de “aliança não escrita” com os EUA, balizada pelo pensamento de Rio Branco. Internamente, a classe dominante era a classe proprietária de terras, que lucrava exportando café. Sendo assim, aqueles dirigentes confundiam – não involuntariamente – o interesse nacional com seus próprios interesses. Era o que se chamava “Diplomacia da Agro-exportação.” Os impactos deste modelo são bastante conhecidos. Ilhas urbanas de consumo aliadas a atraso econômico da nação. .

2.2 O nacional-desenvolvimentismo

Não foi por acaso que houve uma mudança de paradigma na política externa brasileira a partir da década de 30. Este período moldou-se pela concentração de mudanças profundas nas Relações Internacionais. Entre elas, destaca-se a intensificação da industrialização na América Latina. Essa modernização teve condicionantes internos e externos que representam um movimento repleto de particularidades em termos de política externa *vis-à-vis* o que vinha sendo praticado nos anos anteriores. Nesse contexto, diz Amado Cervo, as classes dirigentes rompem com a Diplomacia da Agroexportação e conferem funcionalidade ao Estado, contando com apoio do corpo diplomático, da imprensa e da opinião pública nacional. As diretrizes eram: introduzir a diplomacia econômica nas negociações externas; promover a indústria por modo a satisfazer às demandas da sociedade; transitar da subserviência à autonomia decisória com o fim de realizar ganhos recíprocos nas RI; implementar um projeto nacional de desenvolvimento progressista tendo em vista superar as desigualdades entre nações; cimentar todo o corpo social doméstico pelo nacionalismo econômico, imitando a conduta das grandes potências; pautar o desenvolvimento como vetor da política exterior;

realizar os interesses de uma sociedade complexa; conceber o desenvolvimento como expansão da indústria e prover de eficiência a política exterior mediante autonomia decisória, cooperação externa, comércio exterior flexível e não doutrinário; além da subordinação da política de segurança, da guerra e da paz, aos fins econômicos e negociação simultânea com os grandes vizinhos. Todos estes elementos podem ser caracterizados como atos de política externa pertencentes ao paradigma nacional-desenvolvimentista que se inicia nos anos 30 e perdura, com maior ou menor intensidade, até o final dos anos 80.

3 BOLÍVIA: RECURSOS NATURAIS E PODER

Na América Latina de maneira geral, a relação entre o controle dos recursos naturais e a detenção do poder político sempre foi bastante próxima. No entanto, não é imprudência afirmar que nenhum outro país é tão amaldiçoado por possuir recursos naturais em abundância quanto a Bolívia. Em nenhum outro país a relação supracitada se mostra tão flagrante. Desde os tempos da prata de Potosí, extraída aos milhões de toneladas e um dos motores do desenvolvimento capitalista europeu, a Bolívia vem sendo usurpada. Segundo o escritor uruguaio Eduardo Galeano, quando na Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII queria-se dizer que algo não tinha preço, tamanho era o seu valor, falavam: “vale um Potosí”.

3.1 Petróleo, gás e poder político

A atividade petroleira na Bolívia começa em 1920, quando um nacional boliviano vende suas ações à *Standard Oil*. Aproximadamente uma década depois, o país tenta desobstruir o maior empecilho que possui para comercializar com o resto do mundo: busca uma saída para o mar. Como a saída para o Pacífico havia sido perdida para o Chile no último quarto do século anterior, busca-se chegar ao Atlântico. Os conflitos diplomáticos se acentuaram com o Paraguai, desta vez, e a Bolívia perdeu mais uma parte de seu território, no que ficou conhecida como Guerra do Chaco. Acusada de vender petróleo aos paraguaios durante o conflito, a *Standard Oil* é nacionalizada em 1937, e funda-se a YPFB.

Por conta da má administração dos recursos e da instabilidade política latente, o país recorre ao FMI logo na segunda metade do século XX. A contrapartida, sempre presente nos empréstimos condicionados fornecidos pela instituição financeira, foi que a Bolívia voltasse a privatizar seu petróleo e seu gás. André Solíz Rada (2008) afirma que, no ano de 1956, a multinacional norte-americana *Gulf Oil Company* começa a explorar o petróleo e o recém descoberto gás boliviano, na província de Santa Cruz de la Sierra. Elucidando o pouco apreço do Estado boliviano pelo seu próprio povo, o governo assina um acordo com esta petroleira dando conta de que a Bolívia deve pagar um imposto à medida que as reservas de hidrocarbonetos – exploradas pela *Gulf Oil Company* – forem se esgotando, como se o governo boliviano fosse o culpado por não ter a abundância de recursos que a empresa desejava explorar.

3.2 Ascensão e queda de Gonzalo Sánchez de Losada

Gonzalo Sánchez de Losada foi presidente da Bolívia em duas oportunidades. Governou de 1993 a 1997 e entre 2002 e 2003. Viveu nos EUA boa parte de sua vida, lá se graduando em Filosofia e Letras pela Universidade de Chicago. Em seu primeiro mandato, encabeçou uma onda de privatizações de empresas estatais, seguindo um movimento comum a boa parte dos governantes da América Latina. Demandou ajuda econômica aos Estados Unidos e ao Japão para substituir os cultivos tradicionais de folha de coca por outras culturas.

Na segunda administração, com apenas seis meses de mandato, Losada começa a enfrentar o descontentamento popular em função do anúncio de um novo imposto sobre os salários. Pressionado, Losada retrocede e lança um pacote de forte austeridade fiscal, além de negociar a exportação do gás boliviano para os EUA por meio de um porto chileno

As medidas aguçaram as forças opositoras mais uma vez. Em 2003, iniciam-se mobilizações populares. Os reclames que se iniciam como movimentos pontuais acabam adquirindo proporções nacionais. As revoltas sobre as condições da vida cotidiana começam a coincidir com a insatisfação perante o modelo político e econômico em vigor. Os questionamentos a respeito do regime de exploração da maior riqueza do país, qual seja, o gás natural, multiplicam-se. O gás era vendido a preços baixíssimos ao Brasil e à Argentina. Toda a cadeia produtiva era controlada pelas petroleiras, ao passo que o mesmo gás não era utilizado pelos próprios bolivianos. Detentora da segunda maior reserva de gás natural do continente, ficando atrás apenas da Venezuela, a massa boliviana, sem qualquer organização partidária vai às ruas e exige a saída de Gonzalo. As pessoas se revoltaram porque se negaram a aceitar que aconteça com o gás o que já aconteceu com a prata, o salitre, o estanho e tudo o mais. Parecia bastante claro que a Bolívia estava farta de viver em função do progresso alheio.

Mas, por não haver liderança, os movimentos sociais bolivianos não conseguem articular nenhum substituto imediato para Losada – que curiosamente refugia-se em Miami – assumindo então o poder o vice-presidente constitucional, Carlos Mesa. Esse toma posse como presidente transitório e sabia-se que ainda representava o velho sistema. Não é difícil imaginar que Mesa não foi capaz de cumprir as exigências dos movimentos sociais bolivianos. O mesmo é expulso do poder em 2004, após forte pressão popular. A classe política nacional, então, não tem outra alternativa senão convocar novas eleições. Neste meio tempo, o então deputado Evo Morales adquire grande prestígio popular, tornando-se o principal expoente da mudança estrutural que clamava a Bolívia. Assim, nas eleições realizadas em dezembro de 2005, vence Evo Morales, com 53,74% dos votos, um percentual jamais alcançado num pleito na Bolívia.

4 A PETROBRAS NA BOLÍVIA

A presença da Petrobras na Bolívia é relativamente recente. No entanto, desde os anos 30, existem projetos para a construção de um gasoduto entre estes países. Em 1993, em parceria com a Petrobras, a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) assinou um contrato preliminar de compra e venda do gás boliviano. Logo após o acordo, a YPFB iniciou a construção do gasoduto no território doméstico.

4.1 Estatísticas da Petrobras na Bolívia

Esta seção detalha alguns dados referentes ao desempenho da estatal brasileira dentro do território boliviano. Foram priorizados dois aspectos para a análise: os investimentos anuais e a produção de gás natural na Bolívia. Serão analisados com maior atenção os anos de 2002, 2005 e 2006, que demonstram, respectivamente, o início do período estudado e os momentos imediatamente anterior e posterior às nacionalizações. Encerra a seção uma tabela com o histórico de preços de venda de gás natural ao Brasil.

Tabela 1: Investimentos da Petrobras na Bolívia em 2002 (milhões de US\$)

2005	PETROBRAS BOLÍVIA	Prospecção	Exploração	2005	PETROBRAS BOLÍVIA	Prospecção	Exploração
Jan	9.827	3.846	5.981	jul	15.715	5.244	10.471
Fev	11.041	2.390	8.651	ago	10.962	3.357	7.605
Mar	7.256	4.500	2.756	set	14.171	3.304	10.867
Abr	23.780	7.010	16.770	out	10.053	3.953	6.100
Mai	14.953	6.708	8.245	nov	18.106	2.950	15.156
Jun	14.752	5.448	9.304	dez	20.170	2.990	17.180

Fonte: YPFB

Tabela 2: Total dos investimentos 2002 (milhões de US\$)

	PETROBRAS BOLÍVIA	Prospecção	Exploração
Total	170.786	51.700	119.086

Fonte: YPFB

Tabela 3: Produção certificada de gás natural em 2002 (milhares de pés cúbicos ao dia)

PETROBRAS BOLÍVIA	San Alberto	Sabalo	Subtotal	PETROBRAS BOLÍVIA	San Alberto	Sabalo	Subtotal
Jan	109,89	0	109,89	jul	121,95	0	121,95
Fev	137,90	0	137,90	ago	177,40	0	177,40
Mar	150,31	0	150,31	set	219,37	0	219,37
Abr	133,94	0	133,94	out	223,46	0	223,46
Mai	131,92	0	131,92	nov	189,50	23,91	213
Jun	103,63	0	103,63	dez	203,03	0	203

Fonte: YPFB

Tabela 4: Média mensal de produção dos campos 2002 (milhares de pés cúbicos ao dia)

PETROBRAS BOLÍVIA	San Alberto	Sabalo	TOTAL
Média Mensal	158,66	1,96	160,63

Fonte: YPFB

No ano de 2002 observa-se que a Petrobras investiu cerca de 170 milhões de dólares na Bolívia. Deste montante, 51 milhões destinou-se à prospecção. Ao mesmo tempo, o Brasil produziu aproximadamente 160 mil pés cúbicos de gás natural mensalmente em 2002. San Alberto produziu significativamente mais que Sábalo, uma vez que neste último as atividades ainda não estavam consolidadas.

A seguir, apresentam-se os dados de investimento e produção da Petrobras no ano de 2005.

Tabela 5: Investimentos mensais da Petrobras na Bolívia em 2005 (milhões de US\$)

2005	PETROBRAS BOLÍVIA	Prospecção	Exploração	2005	PETROBRAS BOLÍVIA	Prospecção	Exploração
jan	19,62	3,52	16,10	jul	843,17	98,51	744,66
fev	956,96	24,00	932,96	ago	3012,23	18,93	2993,30
mar	2118,83	18,03	2100,80	set	3994,05	6,35	3987,70
abr	-797,15	2,65	-799,80	out	3689,54	230,24	3459,30
mai	1248,93	0,33	1248,60	nov	6727,33	68,53	6658,80
jun	1618,78	3,18	1615,60	dez	10051,20	767,50	9283,70

Fonte: YPFB

Tabela 6: Total dos investimentos em 2005 (milhões de US\$)

	PETROBRAS BOLÍVIA	Prospecção	Exploração
Total	33483,49	1241,77	32241,72

Fonte: YPFB

Tabela 7: Produção certificada de gás natural em 2005 (milhares de pés cúbicos ao dia)

PETROBRAS BOLÍVIA	SAN ALBERTO	SÁBALO	Subtotal	PETROBRAS BOLÍVIA	SAN ALBERTO	SÁBALO	Subtotal
Jan	256,6929677	391,61155	648,304516	jul	319,92942	330,38577	650,3151935
Fev	232,5848214	417,442	650,026821	ago	354,54261	341,07397	695,6165806
Mar	324,4855484	406,20626	730,691806	set	342,43483	379,69203	722,1268667
Abr	339,8133667	411,08357	750,896933	out	297,116	396,31355	693,4295484
Mai	331,0341667	404,94156	735,975722	nov	301,30543	413,31423	714,6196667
Jun	336,2673667	322,95987	659,227233	dez	281,168	396,01935	677,1873548

Fonte: YPFB

Tabela 8: Média mensal de produção dos campos em 2005 (milhares de pés cúbicos ao dia)

PETROBRAS BOLÍVIA	San Alberto	Sabalo	TOTAL
Média Mensal	310,35176	380,66437	691,01613

Fonte: YPFB

Já em 2005, os investimentos brasileiros na Bolívia sofreram redução significativa. Ainda assim, a exploração respondeu por mais de 90% dos montantes aplicados, em detrimento das atividades de busca por novas reservas. A produção, por seu turno, cresceu quase 5 vezes, se comparada aos valores de 2002.

Tabela 9: Investimentos mensais da Petrobras na Bolívia em 2006 (milhões de US\$)

2006	PETROBRAS BOLÍVIA	Prospecção	Exploração	2006	PETROBRAS BOLÍVIA	Prospecção	Exploração
jan	909,51	39,76	869,75	jul	4480,95	32,18	4448,77
fev	3930,86	432,84	3498,02	ago	3997,85	188,52	3809,33
mar	3598,06	524,73	3073,33	set	6198,25	16,87	6181,38
abr	5097,81	502,84	4594,97	out	3747,67	50,24	3697,43
mai	6589,58	296	6293,58	nov	6158,2	24,16	6134,04
jun	7905,85	216,04	7689,81	dez	11011,32	23,95	10987,37

Fonte: YPFB

Tabela 10: Total dos investimentos em 2006 (milhões de US\$)

	PETROBRAS BOLÍVIA	Prospecção	Exploração
TOTAL	63625,91	2348,13	61277,78

Fonte: YPFB

Tabela 11: Produção certificada mensal de gás natural em 2006 (milhares de pés cúbicos ao dia)

PETROBRAS BOLÍVIA	SAN ALBERTO	SÁBALO	Subtotal	PETROBRAS BOLÍVIA	SAN ALBERTO	SÁBALO	Subtotal
Jan	261,7457419	402,37339	664,11913	jul	353,9647097	435,27423	789,23894

Fev	289,8801786	458,39239	748,27257	ago	376,2452581	468,36142	844,60668
Mar	291,6989032	467,73932	759,43823	set	373,4774667	450,3477	823,82517
Abr	328,3684667	196,89067	525,25913	out	358,9645806	435,65129	794,61587
Mai	314,1363548	399,98045	714,11681	nov	373,2982333	291,6426	664,94083
Jun	327,1797	433,28147	760,46117	dez	348,5883548	333,90516	682,49352

Fonte: YPFB

Tabela 12: Média mensal de produção dos campos em 2006 (milhares de pés cúbicos ao dia)

	San Alberto	Sábalo	TOTAL
Média Mensal	333,29	397,92	731,22

Fonte: YPFB

No ano de 2006, a Petrobrás investiu 63 milhões de dólares na Bolívia. Deste montante, apenas 2 milhões em prospecção e 61 em exploração. A produção mensal não sofreu grandes alterações, ficando num patamar muito próximo ao do ano anterior, em cerca de 730 mil pés cúbicos ao dia. Chama a atenção que, pela primeira vez, o campo de Sábalo ultrapassa em volume produzido o campo de San Alberto. A seguir, apresenta-se uma tabela com o histórico dos investimentos da Petrobras durante o período da pesquisa. Os dados de 2008 ainda não haviam sido divulgados ao final desta pesquisa.

Tabela 13: Histórico dos investimentos da Petrobrás na Bolívia (em milhões de US\$)

Ano	Investimento
2002	170
2003	61
2004	17,5
2005	55
2006	63
2007	60

Fonte: Elaboração do autor com a utilização de dados da YPFB

Logo abaixo, revela-se um histórico dos preços de venda do gás boliviano ao Brasil, desde o início das operações da Petrobras naquele país:

Tabela 14: Histórico de preços de venda de gás ao Brasil (em US\$ por milhão de BTU)

MÊS - ANO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
JANEIRO	0,00	0,00	1,8091	1,3687	1,7004	1,9269	2,0763	3,3714	3,7550
FEVEREIRO	0,00	0,00	1,8091	1,3776	1,7004	1,9957	2,0921	3,4044	3,8008
MARÇO	0,00	0,00	1,8091	1,3687	1,7016	2,0208	2,1121	3,4178	3,7952
ABRIL	0,00	0,00	1,6668	1,3411	1,9672	1,9677	2,2900	3,6345	3,6463
MAIO	0,00	0,00	1,6668	1,3411	1,9634	1,9842	2,2736	3,6852	3,6598
JUNHO	0,00	0,00	1,6668	1,3411	2,0061	1,9875	2,2647	3,6938	3,6901
JULHO	0,00	0,00	1,6121	1,4992	1,9110	2,0743	2,7088	3,9696	4,1195
AGOSTO	0,00	0,00	1,6252	1,4993	1,8963	2,0861	2,7483	3,9971	4,1208
SETEMBRO	0,00	0,00	1,5937	1,5160	1,9045	2,0766	2,7665	4,0184	4,1594
OUTUBRO	0,00	0,00	1,5625	1,6474	2,0231	2,1435	3,2369	4,0729	4,7087
NOVEMBRO	0,00	0,00	1,5701	1,6474	2,0520	2,1298	3,2455	4,0137	4,7071

DEZEMBRO	0,00	0,00	1,5493	1,6474	2,0061	2,1095	3,2181	4,0154	4,7035
-----------------	------	------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Fonte: YPFB

Observa-se a partir desta tabela que o preço do gás boliviano vendido ao Brasil tem aumentado significativamente após a posse de Evo Morales. Entretanto, considerando-se que o preço internacional atualmente está em torno de US\$6,50 a US\$7,00 por milhão de BTU, pode-se afirmar que o Brasil ainda tem vantagens na importação do gás boliviano.

4.2 Nacionalização

Como foi mencionado na seção anterior, a eleição de Evo Morales trazia a esperança ao povo boliviano de um melhor tratamento às riquezas naturais do país, sobretudo aos hidrocarbonetos. O Decreto Supremo 28.701 de 2006 nacionalizou o gás e o petróleo bolivianos e marcou o início do cumprimento das promessas de campanha de Evo.

Essas considerações corroboram a total nacionalização do setor de petróleo e gás da Bolívia, onde as empresas estrangeiras devem escolher entre se limitar a ser prestadoras de serviços a YPFB ou encerrarem suas atividades no país. Após um longo e delicado período de negociações, no dia 28 de outubro de 2006, as duas empresas – Petrobras e YPFB - assinaram um acordo que beneficiou a estatal brasileira, ao concedê-la os direitos não somente de prestar serviços, mas de operar e se tornar responsável pelo desenvolvimento do setor no país. A tabela a seguir compara o contrato de risco firmado com a Petrobras até 2006 e o modificado pelo processo de nacionalização

Tabela 15: Comparação entre os contratos de risco compartilhado e o contrato de operação

CONTRATO DE RISCO COMPARTILHADO	CONTRATO DE OPERAÇÃO (NOVO)
Operador: Petrobras	Operador: Petrobras
Comercialização: • Através da YPFB na exportação de gás para Brasil e Argentina • Direta em outros casos	Comercialização: • Através da YPFB
Remuneração: • Recebimento de todas as receitas pela Petrobras, cobrindo todas as despesas e tributações.	Remuneração: • Recebimento pela Petrobras da parcela correspondente aos custos, depreciações e lucro; • Recebimento pela YPFB da parcela correspondente a sua participação em transporte, impostos e comercialização. Propriedade dos HCs: Petrobras Propriedade dos HCs: YPFB
Propriedade dos ativos: • Petrobras e, após o contrato, YPFB.	Propriedade dos ativos: • Existentes: Petrobras e, após o contrato, YPFB. • Futuros: YPFB, após a depreciação Permitida a contabilização de reservas Permitida a contabilização de reservas
Pagamento: Totalidade dos recursos à Petrobras	Pagamento: Parcela dos recursos à Petrobras
Fiscalização: • Autoridades com poder de aprovar projetos de desenvolvimento, contratos de exportação e volumes, prevalecendo o controle de preços pelo mercado interno.	Fiscalização: • Ampliação do nível de controle com a YPFB tendo o poder de aprovação de planos de trabalho, custos recuperáveis e processos licitatórios

Fonte: DUARTE, SARAIVA e BONE (2007)

A Petrobras, com esse novo acordo, perdeu a propriedade sobre os hidrocarbonetos produzidos em seus campos, mas, em contra partida, garantiu as operações de produção de gás natural ao Brasil, já que esses campos bolivianos correspondem a grande parte do volume utilizado em território brasileiro.

Após as negociações, a Petrobras vendeu efetivamente para a YPFB as duas maiores refinarias do país, que funcionam em Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba, pelo montante de US\$ 112 milhões – a empresa comprou os campos em 1999 por US\$ 104 milhões e, teria investido, segundo suas estatísticas, cerca de US\$ 30 milhões em melhorias. Por isso, sua meta era vender os campos por US\$ 200 milhões. Após as negociações, ficou decidido que o valor de venda seria de US\$ 112 milhões.

Os pesquisadores Bernardo Pestana M. C. Duarte, Thiago Carvalho Saraiva e Rosemarie Bröker Boné da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirmam que, apesar da perda na participação efetiva dos lucros, a Petrobras mantém com seus negócios na Bolívia uma rentabilidade superior a 15%, garantindo o financiamento de suas operações, além de obter certo lucro, superior ao custo de capital. (DUARTE, SARAIVA E BONE, 2007)

4.2 A Petrobras na economia boliviana

É importante verificar, a partir desta subseção, a magnitude da estatal brasileira diante da economia boliviana. A Petrobras é a principal empresa estrangeira na Bolívia. Segundo a diretoria da empresa, num comunicado lançado no final de 2007, a filial boliviana da Petrobras responde por 24% da arrecadação de impostos, 18% do Produto Interno Bruto total e 20% dos investimentos estrangeiros diretos recebidos pela Bolívia. A Petrobras opera 75% das exportações de gás enviadas da Bolívia para o Brasil, 46% das reservas de gás do país, lida com 95% da capacidade de refino e responde por 23% da distribuição de derivados. Ainda de acordo com seu comunicado, os investimentos da Petrobras somaram, entre 1994 e 2006, US\$ 1,6 bilhão (US\$ 1 bilhão de forma direta, e o restante por meio de seus sócios). De 2000 a 2007, o montante gerado pelas atividades da Petrobras foi superior a US\$ 2.300 milhões.

5 - A PEB do Governo Lula e a atuação da Petrobras na Bolívia (2003-2008).

A Política Externa Brasileira (PEB) atual mostra-se como um dos maiores expoentes do Governo Lula. Este texto baseará sua avaliação da PEB do governo Lula em discursos, pronunciamentos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Serão discutidas também as principais críticas acerca da orientação de nossa política externa e a orientação do Itamaraty quanto à Bolívia, tema central desta pesquisa.

Em entrevista concedida à revista Exame, no ano de 2007, Celso Amorim enfatiza que a prioridade da PEB nos dias de hoje é a integração da América Latina, que já superou a União Européia como parceira comercial do Brasil. Também faz questão de afirmar que este é um período de interdependência e multipolaridade.

No que remete à questão boliviana propriamente dita, Amorim é questionado pela Carta Capital se as mudanças na Bolívia são superficiais. O ministro brasileiro discorda desta visão, afirmando que a mudança política boliviana tem raízes históricas profundas. Antigamente, segundo Amorim, a população boliviana não se sentia representada por seus governos. O caminho será tortuoso, diz o chanceler brasileiro, mas certamente é um período melhor que os governos anteriores, quando tudo parecia calmo, mas na verdade havia forte repressão.

A revista Exame pergunta a Celso Amorim por que o Brasil não recorreu a tribunais internacionais para resolver os litígios com a Bolívia, iniciados com a nacionalização de 2006. O ministro pondera que o Brasil recorrerá sim a um fórum em Nova Iorque no que se refere à discussão dos preços de venda do gás. O que compete ao governo brasileiro está sendo feito. Existem outros fóruns para contestações judiciais, mas quem deve acioná-los é a própria

empresa atingida. Apesar disso, o chanceler brasileiro não considera que o Estado boliviano violou regras de direito internacional, dizendo que a nacionalização de recursos naturais é um direito que cada país tem, e muitos já fizeram isso na História.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva também comentou suas convicções a respeito da conduta da PEB e os incidentes diplomáticos recentes entre Brasil e Bolívia. Nesses, segue o mesmo tom conciliador exposto por seu chanceler Logo após a decisão boliviana de nacionalizar os hidrocarbonetos, Lula afirmou que o Brasil estava seguindo o caminho certo no tratamento da questão. Ressaltou que o papel do Brasil na América Latina, enquanto maior economia do subcontinente é ajudar as nações ainda menos desenvolvidas. Nas palavras de Lula:

O povo brasileiro pode ter certeza absoluta de que não tem lugar melhor para a gente encontrar solução para os problemas do que em uma mesa, negociando, ouvindo o que os outros têm para dizer e dizendo o que nós queremos dizer. Eu conheço a realidade da Bolívia, eu conheço a realidade do meu Brasil e nós vamos, de forma muito, mas muito carinhosa, nos sentar em uma mesa de negociação e qualquer problema que tivermos nós vamos resolver com tem que ser resolvido, de forma civilizada. Não vamos fazer provocação, não vamos fazer retaliação a um país que é infinitamente mais pobre que o Brasil, um povo mais faminto que o povo brasileiro, então, nós estamos tratando isso com carinho. Eu sei que tem gente que gostaria que o Brasil fosse virulento e a nossa política é de paz, é de acordo e é de sensatez, e eu acho que é isso que vai contribuir para o Brasil. (MRE, 2006)

A principal preocupação de Lula no período era que não houvesse corte de abastecimento de gás e que os preços fossem discutidos de forma amigável entre as partes envolvidas.

5.3.1 Unasul

Talvez a maior expressão da integração política sul-americana atual seja a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em meados de 2008. Em duzentos anos de independência, ela é a representação do primeiro tratado que abrange todos os países sul-americanos. É uma união política que possibilita aos seus membros articular conjuntamente programas de infra-estrutura, energia, políticas sociais, finanças e defesa. Ainda mais importante é a ausência dos Estados Unidos, força historicamente geradora de instabilidades na América do Sul.

A Unasul foi decisiva na manutenção do governo constitucional boliviano, ao manifestar apoio total ao governo da Bolívia diante das ameaças separatistas de 2008. Merecem destaque tanto o fato de o presidente Evo Morales ter recorrido à organização quanto da iniciativa ter partido de uma Unasul presidida na época pela presidente Michelle Bachelet, do Chile, país com que a Bolívia mantém relações diplomáticas bastante débeis.

Os discursos brasileiros, como se pôde observar, demonstram-se conciliadores, pacíficos e prestativos. Mas é importante também verificar o que de concreto tem acontecido na relação entre estas duas nações. Para isso, a próxima sub-seção tem o propósito de investigar os principais acordos assinados entre Brasil e Bolívia durante o governo Lula, de maneira a ratificar as orientações dispostas na sub-seção anterior.

5.4 Acordos

Até a redação deste artigo, tendo completado seis anos de governo, a administração Lula firmou 36 acordos com a Bolívia, sendo predominantes os contratos envolvendo cooperação técnica, científica e tecnológica nas mais diversas áreas. Analisaremos dois deles.

Ao fim do primeiro ano de mandato, foi assinado um memorando de entendimento para a promoção do comércio e investimento entre Brasil e Bolívia. Em seu texto, o memorando reconhece as assimetrias existentes nas relações comerciais entre os dois países e

menciona a importância de promover um ambiente favorável ao comércio e ao investimento, particularmente as exportações bolivianas e os investimentos brasileiros na Bolívia. Além disso, destina-se a promover a elaboração e execução de planos e projetos que priorizem o incremento das compras de produtos bolivianos, no âmbito do Programa Brasileiro de Substituição Competitiva de Importações. Busca-se também promover investimentos nas economias das partes, especialmente em território boliviano, facilitando as condições para sua concretização; o intercâmbio de informações e provimento de assistência técnica à Bolívia no que se refere a políticas comerciais, sistemas de transporte e canais de comercialização nacionais, regionais e internacionais. Também está contemplada a procura por fontes de financiamento junto a instituições dos setores público e privado e organismos internacionais, a fim de prestar apoio técnico às micro, pequenas e médias empresas bolivianas, com o intuito de elevá-las à condição de empresas exportadoras para o mercado brasileiro.

O segundo acordo é mais específico, foi assinado no final de 2007, e refere-se à questão energética. Nele, é exaltada a importância de desenvolver atividades conjuntas e de complementação entre as empresas estatais de Brasil e Bolívia e outras com participação do Estado nas diversas atividades do setor energético. Pretende-se também identificar necessidades e projetos no setor energético dentre as atividades que promovam a segurança energética de ambos os países. As duas nações compactuam da intenção de promover o desenvolvimento de atividades e projetos em toda a cadeia da indústria de petróleo e gás natural, assim como novos acordos comerciais que reflitam as condições de mercado.

Em outro artigo discorre-se a respeito da elaboração de estudos que visam a uma nova fase de investimentos em atividades de pesquisa, exploração e produção de hidrocarbonetos, bem como a promoção de convênios de estudo para atividades de exploração de hidrocarbonetos em áreas reservadas pelo Estado boliviano em favor da YPFB. Ademais, trata do desenvolvimento de programas e planos de capacitação gerencial, técnica e operativa, especializada de recursos humanos em todas as áreas do setor de hidrocarbonetos para apoiar o fortalecimento da empresa petrolífera estatal boliviana e das instituições do setor, e outros projetos energéticos. Por fim, aponta-se que as empresas estatais ou com participação do Estado de cada Brasil (Petrobras) e de Bolívia (YPFB) serão responsáveis, conforme a legislação vigente em cada país, pela execução e operação das atividades e projetos resultantes do memorando em questão.

Também em 2007, numa visita à Bolívia, o Presidente brasileiro mencionou outros projetos e programas em execução que envolvem Brasil e Bolívia e avaliou a relação entre os dois países. Lula reconheceu que o gás é um fator decisivo de integração entre as economias de Brasil e Bolívia. Reiterou que deseja que este continue a ser o carro-chefe da associação energética. Nesta reunião as duas partes acordaram que os componentes do gás que têm um valor de mercado reconhecido passarão a ser remunerados pela sua cotação internacional. Segundo Lula, isso fez justiça ao valor do gás boliviano e atendeu o pleito do Presidente Morales. Do lado brasileiro, a exigência era que os novos contratos de operação entrem em vigor nos próximos dias. Assim, de acordo com o presidente brasileiro, foi alcançada a estabilidade e a segurança indispensáveis para que se entre em uma nova etapa da cooperação energética sul-americana.

Nesta oportunidade, Lula afirmou que o Brasil apoiará o esforço da Bolívia para se industrializar e deixar de ficar dependente apenas de suas riquezas naturais. O Brasil comprometeu-se a participar também dos projetos de infra-estrutura viária no país vizinho. Segundo Lula, o Brasil entende que, por sua dimensão geográfica, por sua importância econômica, por seu desenvolvimento científico e tecnológico, não deve disputar espaço com nenhum país irmão. Deve, ao contrário, prestar solidariedade, estabelecer parceria e compreender que são os países mais fortes economicamente, mais desenvolvidos do ponto de vista científico e tecnológico, mais desenvolvidos do ponto de vista industrial que têm que ter

a generosidade de compreender que os acordos bi ou multilaterais sempre têm que levar em conta as necessidades das economias menores, para que se possa viver num continente de paz e democracia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas de pesquisa levantados na etapa inicial desta investigação procuravam responder três questões mais flagrantes. As principais dúvidas eram: (a) quais foram as principais ações da estatal brasileira Petrobras no cenário boliviano após o processo de nacionalização imposto pelo governo de Evo Morales? (b) Como a diplomacia do Governo Lula se portou no processo de negociação com o governo boliviano? E (c) os vetores da ação externa de Lula demonstram a retomada de um projeto de integração e aproximação com os demais países da América do Sul ou apenas representam a continuidade das ações externas dos governos anteriores? As considerações a seguir priorizam o esclarecimento destas questões.

Para verificar o comportamento da Petrobras no território boliviano, procurou-se analisar os dados que avaliam os investimentos e a produção de gás na Bolívia. Como se pôde observar na seção 4, os investimentos da Petrobrás na Bolívia reduzem-se drasticamente de 2002 a 2004 – de US\$170 milhões para US\$17,5 milhões. Em 2005, recuperam-se e estabilizam-se em torno de 60 milhões de dólares por ano, parte em resposta à instabilidade política instaurada na Bolívia e, parte significativa também, pela debilidade – intencional ou não – do governo boliviano em pressionar e incentivar as companhias de hidrocarbonetos do país a investirem mais na prospecção do que na inconseqüente exploração das riquezas bolivianas. É importante ressaltar que neste período, os contratos vigentes garantiam às companhias energéticas que atuavam na Bolívia o controle de toda a cadeia produtiva dos hidrocarbonetos do país. Já a produção de gás pela Petrobras na Bolívia, de 2002 a 2005, subiu seis vezes, ratificando que a exploração era privilegiada em detrimento da prospecção. A partir de 2006, a produção continua aumentando, mas a taxas mais modestas.

A despeito das enormes especulações, portanto, não se verificou uma fuga de investimentos brasileiros, racionamento no fornecimento ou qualquer outro impasse de maior repercussão após as nacionalizações bolivianas. As mudanças apenas equilibraram um pouco um quadro que era extremamente desigual. A Petrobras aumenta a cada ano a sua produção e anuncia aumentos nos investimentos nos próximos 4 anos, mesmo com um controle mais incisivo do Estado boliviano sobre a cadeia produtiva, uma política de valorização de preços e um regime de impostos mais rigoroso – antigamente, 18% da produção era tributada. Logo após as nacionalizações, inverteu-se a lógica e apenas 18% da produção ficava com as companhias. Após algumas rodadas de negociações, estabeleceu-se o regime de 50% de tributação sobre a produção do gás boliviano, acordo condizente com a maioria dos contratos internacionais de mesma natureza. Como foi abordado pela seção 4, ainda com queda na receita em relação aos anos anteriores, a estatal brasileira possui retornos superiores a 15%, o que é mais do que suficiente para cobrir seus custos no país. O absurdo não corresponde ao presente, mas ao passado.

Sobre a atuação do Itamaraty em face ao incidente diplomático de 2006, houve muitas críticas. Todas elas vindas de fora. A elite política brasileira acusou o governo de entregar o patrimônio nacional sem lutar por ele. Alguns defendiam inclusive uma ação militar contra o país andino. Evo Morales era um índio caudilho que afrontou o Brasil. A elite industrial brasileira, concentrada sobretudo no estado de São Paulo, fez duras críticas à frouxidão da diplomacia brasileira no tratamento da questão. A queixa é justificável: em 1999, ano em que o gás começou a ser exportado para o Brasil, a indústria paulista ficou fortemente tentada a trocar sua matriz energética. Diante de preços absolutamente ridículos, 80% do estado onde

mais se concentram indústrias no país é dependente do gás boliviano. A iminência das eleições presidenciais em 2006 fomentaram ainda às críticas à Lula e Celso Amorim.

As partes diretamente envolvidas no caso – e, portanto, as que realmente interessam – demonstraram apoio à conduta da diplomacia brasileira diante das nacionalizações. O governo Evo Morales saudou a conduta cautelosa do Brasil, que procurou o diálogo e soube entender a situação boliviana no momento crítico das negociações.

Para responder à última questão, faz-se necessário retomar alguns conceitos que balizaram esta pesquisa, pertencentes aos referenciais teórico-metodológicos adotados, quais sejam, a Análise dos Sistemas-Mundo (ASM) e o estudo da Política Externa Brasileira, a partir da perspectiva nacional-desenvolvimentista.

Retomando as categorias da Análise dos Sistemas-Mundo, observa-se que o Brasil encaixa-se num modelo de nação onde as trocas comerciais não representam a interação entre economias nacionais absolutamente autônomas, desvinculadas de agentes condicionantes. A estatal brasileira de petróleo e gás natural é um claro exemplo da existência de interesses distintos entre o Estado e seus acionistas. 62% de todos os dividendos da Petrobras são pagos em Nova Iorque, de acordo com o Presidente Lula. Em um discurso no Palácio do Planalto acerca da descoberta das reservas do pré-sal, Lula afirmou que quer discutir para onde irão esses recursos, para que eles não fiquem com os mesmos de sempre, que sempre ganharam muito, e que vão querer apoderar-se deste dinheiro antes que ele se destine a finalidades nobres – como investimentos em educação e ciência e tecnologia. A intenção dos acionistas, por outro lado, de pleno acordo com o pressuposto da ASM, é a acumulação interminável de capital, ainda que a situação social do país seja adversa.

O Brasil, enquanto nação semi-periférica, detentora de certa capacidade tecnológica – destacada no ramo de exploração de petróleo e gás, sobretudo do primeiro em águas profundas – utiliza sua vantagem competitiva para explorar um recurso natural boliviano. O Brasil absorve assim valor de atividades periféricas de um lado, ao passo que, em outras trocas comerciais com o centro, observa passivamente sua riqueza se desnacionalizando.

Ainda sobre a inserção internacional brasileira, Wallerstein afirma que é típico da semi-periferia ser chamada a negociações importantes no âmbito internacional, e ser absolutamente ignorada em outras. O Brasil, por exemplo, não é mero figurante do Fórum Econômico Mundial e recorrentemente é chamado a reuniões do G-8. Por outro lado, o país não conseguiu lançar uma candidatura sólida à presidência da OMC e pleiteia sem sucesso há pelo menos 15 anos uma cadeira permanente no CS da ONU.

Sobre a Política Externa Brasileira propriamente dita, numa entrevista concedida por Celso Amorim sobre a relação do Brasil com os países centrais, o chanceler brasileiro exemplifica que o Brasil fez questão de ser mostrar contrário à invasão do Iraque, desde o início. “O presidente Lula, sem agressividade, foi muito firme”. Ao receber o presidente Bush alguns meses depois, Amorim conta que Bush o tratou com muito respeito, dizendo: “Temos nossas divergências, mas temos muita coisa em comum e vamos conversar sobre o que concordamos”. Com Angela Merkel, aconteceu situação semelhante. As relações como um todo e principalmente o comércio brasileiro cresceu entre os países desenvolvidos, mas o comércio e as relações com as nações periféricas cresceram ainda mais. Este episódio vai ao encontro da diretriz de política externa nacional-desenvolvimentista de transitar da subserviência à autonomia decisória com o fim de realizar ganhos recíprocos nas Relações Internacionais.

Ao reforçar, a cada discurso, que o Brasil está ao lado das nações menos favorecidas, e que as pessoas não estão acostumadas a tratar os mais fracos com respeito e se sujeitarem aos mais fortes, o país está em concordância com o pressuposto de implementar um projeto nacional-desenvolvimentista que tem por objetivo minimizar as diferenças entre as nações e pautar o desenvolvimento como vetor da política externa.

A criação da Unasul, aliada à diversificação da pauta e o aumento do volume das exportações brasileiras remetem ao conceito de autonomia decisória, ênfase regional e comércio exterior flexível e não-doutrinário.

Não é demais resgatar que, outra característica peculiar da política externa nacional-desenvolvimentista também é verificada no caso brasileiro atual, e compreende episódios em que o país fica vacilante e acaba tomando a posição do mais forte, mais poderoso, como se pôde verificar nas últimas negociações da OMC na Rodada de Doha, em que o Brasil abandonou as reivindicações das nações periféricas e defendeu o pensamento dos países centrais.

As ações titubeantes do Brasil são justificadas, mais uma vez, pela maneira em que se dá sua inserção internacional. Na condição de semi-periferia, o país se vê obrigado a tomar decisões que podem ir de encontro aos interesses de países centrais ou de países periféricos, assumindo a premissa de que a plenitude de entendimento com as duas partes simultaneamente é praticamente inatingível.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES.

- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. Boletim mensal. Disponível em: <www.anp.gov.br> Acesso em 20 jan. 2009
- ARIENTI, Wagner Leal; AMIN, Felipe. Economia Política do Moderno Sistema Mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Textos para discussão**. n.4, 2004.
- BARRIENTOS, BERNARDO. As razões do separatismo das elites atrasadas de Santa Cruz. In: **Bolívia: Jakaskiwa**. Florianópolis: INPI editorial, 2008.
- CARRASCO, Lorenzo. Brasil promueve la integración sudamericana. **Resumen Ejecutivo** de EIR. Vol 20, n. 14, jul 2003.
- CARUSO, Mariléa; CARUSO, Raimundo. **Bolívia: Jakaskiwa**. Florianópolis: INPI editorial, 2008.
- CERVO, Amado Luiz. Política Exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Pg 5-25. Ano 46, n.2, jul-dez 2003.
- DUARTE, Bernardo Pestana M. C.; SARAIVA, Thiago Carvalho; BONE, Rosemarie Bröker. **Impacto na Relação Brasil-Bolívia com a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos em 2006**. 4º PDPETRO. Rio de Janeiro, 2007
- FRANK, Andre Gunder. **America Latina: Subdesarrollo o Revolución**. Buenos Aires: Era, 1976.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1987, 22ed.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2001, 46ª ed.
- JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987, 35ª ed.
- JUNQUEIRA, Anderson. A meia-lua boliviana. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u415077.shtml>> Acesso em: 22 out 2008.
- LINS, Hoyêdo Nunes. Geoeconomia e Geopolítica dos recursos energéticos no capitalismo contemporâneo. **Textos para discussão**. n.3, 20 pg, 2008
- _____. Embate Social na Bolívia do século XXI. **Textos para discussão**. n. 2 26 pg, 2007.
- MARINI, Ruy Mauro; SADER, Emir. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MEDINA, Humberto. EUA e a crise. **Folha on-line**. Disponível em: <www.folha.com.br/folha/dinheiro> Acesso em: 20 dez. 2008.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Imprensa: Discursos, artigos, entrevistas e outras comunicações. Disponível em: <www.mre.gov.br> Acesso em 14 jan. 2009.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S/A. **Relatório anual 2007**. Disponível em: <www.petrobras.com.br> Acesso em: 16 out 2008.
- RADA, Andrés Solíz. Corrupção e conchavos pela posse do gás boliviano. In: CARUSO, **Bolívia: Jakaskiwa**. Florianópolis: INPI editorial, 2008.
- SIMÕES, Antônio José Ferreira. Petróleo, gás natural e biocombustíveis: desafio estratégico no mundo e no Brasil. **Política Externa**. Vol 15, n. 3, dez-fev 2006-2007.
- SOUZA, Cristiane F. Tensão social na Bolívia. **Le monde diplomatique**, mai 2003. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2003-05,a630>> Acesso em: 23 out 2008.

VIEIRA, Pedro Antônio; PRADO, Fernando Correa. Uma crítica à perspectiva da economia nacional a partir da noção de Economia-Mundo. **Textos para discussão**. n. 3, 2005.

VILLA, Rafael Duarte; URQUIDI, Vivian Dávila. Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo. **Política Externa**. Vol 14, n. 4, pg 65-79 mar-mai 2006.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil**: de Vargas a Lula. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2ª ed. 127 pg, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis**. An Introduction. Durham and London: Duke University, 2004.

YACIMIENTOS PETROLÍFEROS FISCALES BOLIVIANOS. **Archivo Central**. Disponível em: <www.ypfb.gob.bo> Acesso em: 20 set. 2008